

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Comissão de Assuntos Indígenas (CAI)
Nota de Repúdio

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) por intermédio da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) vem a público repudiar veementemente os acontecimentos dos quais os indígenas de Mato Grosso do Sul vêm sendo alvo, em episódios de violência e intolerância étnica.

*Nos últimos dias, dois casos atraíram particularmente a atenção. Em 14/09, deu-se a queima de casas erguidas por um grupo de indígenas Kaiowa. Em decorrência de uma decisão judicial, poucos dias antes, 136 pessoas (36 famílias) haviam sido retiradas de parte de uma fazenda onde se haviam instalado, tendo em vista a reivindicação desse local como parte de seu território de ocupação tradicional, denominado *tekoha* (“lugar onde realizamos nosso modo de ser e viver”) Nãnderu Laranjeira. Na ação determinada pelo proprietário de tal fazenda, os indígenas tiveram pertences queimados e viram ser consumidas pelo fogo as casas que construíram, no ato simbólico e concreto de reunião com a terra de origem. Passados apenas quatro dias deste episódio, foi a vez de outras 75 pessoas (15 famílias), de outra comunidade, acampadas reivindicando o *tekoha* Apikay, serem violentamente agredidas e ameaçadas, tendo suas casas e pertences igualmente queimados, uma pessoa sendo ferida a tiros.*

Fato a ser ressaltado é que estes não constituem casos isolados. Outras dezenas de situações similares vem sendo vivenciadas por parte significativa dos cerca de 45.000 Guarani-Kaiowa e Guarani-Nãndéva (ou Ava-Guarani) que tradicionalmente habitam o sul do Mato Grosso do Sul. Isto significa dizer que as agressões ora realizadas não constituem algo extemporâneo, mas modalidades de práticas sistemáticas e repetidas com intenção intimidante e repressiva contra as iniciativas indígenas de recuperação de seus territórios, subtraídos compulsoriamente com o

processo de colonização do estado. Observadas desde os anos 1970, a ocorrência de tais práticas tem se acentuado significativamente em anos mais recentes, com casos diversos de ameaças, agressões verbais e físicas (incluindo espancamentos e ferimentos a tiros), e de mortes - entre as quais ganharam destaque as dos líderes indígenas Marçal de Souza (nov-1983), o já ancião Marcos Verón (jan-2003), Durvalino Rocha (dez-2005), além da anciã Churite Lopes (jan-2007) -, sem mencionar diversos casos de atropelamento suspeitos.

Deve ser também considerado que tal quadro se coaduna com a estratégia recentemente orquestrada e publicamente anunciada de parte do governo do estado de Mato Grosso do Sul, em conjunto com a classe dos proprietários rurais deste estado - através de contundentes campanhas na mídia local -, no sentido de impedir que se realizem os estudos antropológicos necessários à identificação e reconhecimento dos referidos territórios.

A situação de profunda privação por que passam hoje estes indígenas está fundamentalmente relacionada à maciça perda da terra que sofreram, de modo que os estudos apontados revelam-se extremamente importantes de serem efetuados, não só em consonância com o que rezam os preceitos legais, como também pela questão humanitária que de fato aqui se constitui. Está em causa a necessidade de se encontrar uma solução para o gravíssimo problema social que representa todo um povo sem a possibilidade de viver segundo seus usos, costumes e tradições, por falta de acesso à terra.

Brasília, 23 de setembro de 2009.